DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CERRADO, VALE DO JAVAÉS – TOCANTINS[1]

DIFUSIÓN DEL AGRONEGÓCIO Y LAS DINÂMICAS TERRITORIALES EN EL CERRADO, VALE DE JAVAÉS – TOCANTINS

DISSEMINATION OF AGRIBUSINESS AND TERRITORIAL DYNAMICS IN THE SAVANNA, VALLEY JAVAÉS – TOCANTINS

Marciléia Oliveira Bispo
Doutoranda em geografia UFG
Professora assistente na UFT
marcileiabispo@hotmail.com

Sandra de Fátima Oliveira
Professora Doutora na UFG
sanfoli@iesa.ufg.edu

Resumo: O monocultivo de exportação, conhecido como *agribusiness*, ou o agronegócio, é voltado exclusivamente para a produção de mercadorias constituindo o modo de produção da agricultura capitalista. Assim principal objetivo deste artigo, é apresentar os elementos que influenciam na dinâmica que o agronegócio, embora não seja o único vetor, vem promovendo nas áreas de cerrado, especificamente no Vale do Javaés – Tocantins nas cidades de Lagoa da Confusão, Pium, Cristalândia e Formoso do Araguaia. Interessa-nos compreender como o agronegócio se estabelece no território e a partir daí como se apresentam e se organizam as dinâmicas territoriais no território pesquisado. Destacamos também os impactos socioespaciais resultantes desse processo, pois o mesmo provoca um processo de destruição do Cerrado pelo agronegócio e afeta toda a sociedade.

Palavras-chave: Território – agronegócio – cerrado – Vale do Javaé

Resumén: El monocultivo de exportación, conocido como el *agribusiness*, o agronegocio, ha voltado exclusivamente para la producción de bienes que constituyen el modo de producción capitalista de la agricultura. Así, el objetivo principal de este trabajo es presentar los elementos que influyen en la dinámica que el agronegocio, aunque no el único vector, ha estado promoviendo en las áreas de cerrado, específicamente en el Javaés Valle - Tocantins en las ciudades de Lago de la confusión, Pium, Cristalândia y Formoso do Araguaia. Estamos interesados en entender cómo los agronegocios se establece en el

1 Este trabalho faz parte um trabalho de pesquisa maior que estamos desenvolvendo em nível de doutorado na universidade federal de Goiás intitulado: Cenários, olhares, tramas e cotidiano: a educação ambiental a luz de distintas representações e territorialidades

territorio y desde allí son y cómo se organizan dentro de la dinámica territorial en el territorio pesquisado. También destacamos los impactos socio-espaciales resultado de este proceso, ya que desencadena un proceso de destrucción del Cerrado por la agroindustria y afecta a toda la sociedad.

Palavras clave: território – agronegócio –cerrado – Valle del Javaés

Abstract: The export monoculture, known as agribusiness, is intended exclusively related to for the production of goods constituting the mode of production of capitalist agriculture. Thus the main objective of this paper is to present the elements that influence the dynamics that agribusiness, although it is not the only vector, has been promoting in the grassland areas, specifically in the Javaés Valley - Tocantins in the cities of Lagoa da Confusão, Pium, Cristalândia and Formoso do Araguaia. We are interested in understanding how agribusiness is established in the territory and then the way they are and how to organize themselves within the territorial dynamics searched. We also highlight the socio-spatial impacts resulting from this process, because it triggers a destruction process of the Cerrado by agribusiness and affects the entire society.

Key words: territory - agribusiness - savana – Javaés Valley

INTRODUÇÃO

É notável que a realidade em que vivemos, a realidade contemporânea, nos impões uma série desafios, desafios esses que passam por todos os campos, no caso aqui específico retratamos os moldes de produção que passa pelo campo, ou seja, pela agricultura. Molde esse que vem ocorrendo através do agronegócio. E assim, pela região ao qual no detemos o Vale do Javaés no Estado do Tocantins, ai trabalhamos especificadamente nos municípios de Lagoa da Confusão, Cristalândia, Formoso do Araguaia e Pium, região de cerrado, o cerrado tocantinense.

A inserção do cerrado na dinâmica de produção capitalista insere-se no contexto das transformações na forma de produzir, uma substituição do trabalho tradicional, por um trabalho mecanizado em que técnica e tecnologia são a tônica desse sistema de produção. Sistema esse em grandes escalas, com uso intensivo do solo, com aumento da produção articulado pelas relações de poder capitalista no território, mas que também acarretou uma série de consequências aos homens e ao ambiente.

A melhoria do solo do cerrado que com sua baixa fertilidade e alta acidez foi transformada em uma região produtora de grãos destinada à exportação contou com outros aliados, como exemplo, a descobertas de novas variedades de sementes, com um conjunto de infraestrutura de transporte e energia, investimentos públicos e privados, ou seja, dentro de uma logística de avanço tecnológico e relações de poder.

Apresentamos alguns pressupostos teóricos utilizados na compreensão das transformações ocorridas no espaço geográfico brasileiro, destacando, o cerrado, sobretudo, pelas metamorfoses verificadas com o processo de modernização da agricultura e a crescente do agronegócio.

Em um segundo momento apresentamos a região que tomamos para estudo, um pouco de sua história, suas principais características e resultados. Por fim, algumas considerações finais sobre a discussão realizada na pesquisa.

O CERRADO E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E/OU A MODERNIZAÇÃO DO CAPITAL

> Por ser de lá
>
> Do **sertão**, lá do **serrado**
>
> Lá do interior do mato
>
> (Dominguinhos)

> A origem da palavra **sertão** seria contemporânea ao descobrimento. [...] Aos portugueses sem dúvida não passaram despercebidas as grandes distâncias, as imensas vastidões, a raridade da marcas humanas, implicando um isolamento físico, psíquico e cultural nos ambientes dos chapadões, cerrados e caatingas, parecidos com os da África. De fonte etimológica duvidosa, a crença geral é a de que essa palavra foi uma invenção dos portugueses para definir o "desertão" africano, por onde se aventuravam antes das navegações. O termo seria, portanto, uma corruptela de grande deserto, deserto, sertão. (ALMEIDA, 2003, P.74)

Por que falar do cerrado começando pela ideia de sertão?

Porque o sertão está diretamente relacionado ao processo de acumulação e produção de mercadorias, tendo suas áreas incorporadas ao capital que o buscam homogeneizar na contemporaneidade, e no sertão, "o interior do país", que o encontramos as áreas do bioma cerrado que durante o processo colonizador do descobrimento às bandeiras, à construção de capital Brasília, entre outros, foi tido como áreas desconhecidas que precisavam ser exploradas.

Desta forma sendo vários os olhares para a ideia de sertão, mas um desses olhares impregnado e bastante difundido foi o olhar do sertão enquanto lugar atrasado, um contraponto à civilização "durante o período das bandeiras, o sertão serviu para designar as terras a desbravar que estavam sendo descobertas. O sertão trazia consigo as marcas do processo colonizador [...] do civilizado." (ALMEIDA, 2003, pp. 74-75).

E a ideia de transformar o sertão em civilizado prosseguiu a partir da colonização chegando às discursos de progresso e modernização de certas áreas, como exemplos no centro-oeste brasileiro com a construção de Goiânia, que segundo Pelá; Chaveiro (2009) é fruto de uma estratégia de poder econômica e política. No âmbito regional, buscava a articulação de regiões produtivas do estado de Goiás e no âmbito nacional buscava adequar o país a um novo ritmo de produção capitalista; a construção de Brasília no Planalto Central em que segundo Lira (2011) essa transferência da capital federal para o centro geográfico do país redefinia o poder público administrativo, mas também fazia parte de uma política desenvolvimentista nacional. E com a criação do Estado do Tocantins cujo desmembramento ocorre a partir do Estado de Goiás e sua capital Palmas, que também segundo Lira(2011, p.172) "para

entendermos a geopolítica de Palmas é necessário que entendemos também a criação do Estado do Tocantins e a sua inserção no espaço amazônico. Este último como fomentador de novas fronteiras para o avanço do capital estrangeiro-nacional".

Os exemplos acima expressam, portanto, a noção de ocupar o sertão, porém o que se veicula por traz dessa intenção é a livre territorialização do capital que ocorre através de práticas intensivas no cerrado, pelo viés da agricultura o que transforma o espaço agrário brasileiro, que vem sofrendo transformações reflexos da política de modernização da agricultura, praticada pelo governo a partir da década de 1950 e intensificado a partir de 1960. Isso verificado a partir da instalação de planos e programas como: o Plano de Integração Nacional (PIN) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) entre estes, o PLADESCO (Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste), o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) e o PRODECER (Programa Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados), todos constituem vetor do uso intensivo de tecnologia e capital no campo.

O cerrado original no Brasil ocupava uma área com cerca de dois milhões de km², é o segundo maior bioma do país, sua maior parte localiza-se no Planalto Central do Brasil. Compreende os Estados de Goiás, Tocantins, sul do Mato Grosso, oeste da Bahia e de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul,sul do Maranhão, parte do estado de Piauí e Distrito Federal. É atualmente considerado o berço das águas, pois três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul se encontram neste território (AGUIAR; MACHADO; MARINHO FILHO, 2004). É destaque por suas extensas áreas como pela heterogeneidade vegetal.

Suas formações vegetais são constituídas por Mata Ciliar, Mata Galeria, Mata seca e Cerradão. Essas fitofisionomias são formadas por tipos e quantidades diferentes de espécies tanto de flora quanto de fauna, uma rica biodiversidade. Porém foram justamente algumas dessas características que fizeram com que se implantassem no território do cerrado as imensas lavouras mecanizadas, inicialmente com a produção de soja.

> A vegetação de cerrado, tida como pobre e o chapadão como áspero, serão valorizados ideologicamente para justificar quase que por completo do Bioma Cerrado e de seus subsistemas, dentre eles as veredas, predominantes nas áreas de chapada. Se até mesmo os geógrafos tinham essa visão estereotipada, imagine então as construções teóricas e empíricas, elaboradas pelo Estado e pelo capital, no processo de incorporação das áreas às "necessidades" do progresso e da modernidade. (MENDONÇA, R. M. 2004, p.134).

Assim, observamos que essa visão foi na verdade uma forma de mascarar a dominação que seria imposta pelo capital e as relações capitalistas de produção no território do cerrado. O que hoje tem merecido uma atenção especial por parte de pesquisadores, pois o cerrado vem sendo transformado em espaço para agricultura de expansão de monoculturas voltadas à economia de mercado. Essa transformação ocorre na agricultura veiculada ao processo de modernização na agricultura, ou seja, a incorporação de novas tecnologias com elevado teor técnico e tecnológico e ainda os grandes investimentos para assegurar o plantio no cerrado advindo do mesmo não ser naturalmente fértil somado à construção de barragens a serem utilizadas nas áreas plantadas nos períodos de estiagem.

E sob essa lógica o processo de modernização avança sobre o cerrado nas áreas mais planas e com uma melhor irrigação homogeneizando as paisagens com monoculturas, que segundo Oliveira (2009, p. 14):

> O monocultivo de exportação até então tratado como *agribusiness,* ganhou sua expressão na língua portuguesa: *agronegócio*. Como sempre insistiu Carlos Walter Porto Gonçalves,tratava-se de substituir e diferenciar a *agri-cultura* do *agro-negócio*. Ou por outras palavras,tratava-se de distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e, a atividade econômica da produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial. Definia-se assim, na prática da produção econômica, uma distinção importante entre a agricultura tipicamente capitalista e a agricultura camponesa.

Procedendo desta forma ocorre um discurso hegemônico do capital, que é viabilizado pelo Estado em que o agronegócio aparece como a solução ideal para os espaços pouco produtivos, direcionando a um pensar de que foi a moderna agricultura que iniciou esse processo de produção de espaço, esquecendo ai as famílias com seus cultivos tradicionais no cerrado, ou seja, o camponês.

Toda a produção do agronegócio ocorre com base nas demandas industriais, o crescimento dos produtos agrícolas destinado à exportação obtém crescimentos consideráveis em relação às culturas tradicionais e esta estruturação promove o desenvolvimento do capitalismo no campo a partir agronegócio globalizado. Para Elias (2003, 2006a; 2006b; 2006c; 2006d), a expansão do agronegócio globalizado ocorre paralelamente à fragmentação do espaço agrícola. Segundo a autora, esta nova dinâmica sugere intensa mecanização dos espaços agrícolas com o incremento de uma nova materialidade e de ações consoantes, que têm permitido novos usos para o território.

A ampliação do agronegócio do cerrado veio articulado a uma série de fatores. Além do já citado teor técnico e tecnológico, corroborado por Silva (2005) ao afirmar que, com efeito, recursos financeiros foram canalizados para abertura de estradas vicinais, armazéns e silos, infraestrutura de pesquisa, usinas de beneficiamento, frigoríficos, distritos industriais, e linhas de crédito rural. Na verdade, a estratégia era viabilizar a rápida inserção de áreas de cerrados. Apontamos ainda a implementação de infraestrutura, sobretudo com transporte e energia, como afirma Diniz (2006, p. 120), "um dos aspectos mais importantes para o desenvolvimento agropecuário da região dos Cerrados foi a construção de redes de transportes e de energia".

Tudo isso possibilitando a chamada modernização do cerrado. E o que se observa é que o Estado é o grande construtor desse projeto e tudo isso para abarcar o escoamento da produção e conseguir atender as necessidades especificadas de cada região.

Como consequências desse processo no cerrado temos: desmatamento das matas ciliares, veredas e nascentes, comprometimento da biodiversidade do bioma, degradação do solo, expulsão de camponeses do campo, oligopolização do espaço agrícola, políticas públicas direcionadas a esse modelo, em suma podemos evidenciar que este modelo é socialmente injusto.

O VALE DO JAVAÉS – TOCANTINS

A região que tomamos para estudo, o Vale do Javaés encontra-se na região do rio Araguaia, ou Vale do Rio Araguaia no estado do Tocantins, corresponde a uma área de plantação de grãos em que se inserem dois grandes subprojetos do governo Tocantinense: o Projeto Rio Formoso em Formoso do Araguaia e o Projeto Javaés em Lagoa da Confusão e Dueré, dois projetos que se constituem como viabilização na fronteira agrícola do cerrado tocantinense.[2]

O projeto Rio Formoso, está localizado às margens do rio Formoso, afluente do rio Javaés. O Projeto é destinado à produção de grãos através do arroz irrigado, com uma área de quase 30 mil hectares, em uma das maiores áreas de várzea contínua do mundo, foi dividido em três etapas e foi proposto na gestão do então governador de Goiás Ary Valadão (1979-1982), iniciado em 1979, no então norte goiano. Com a divisão de Goiás em 1988, a região ficou localizada no sudoeste do Estado do Tocantins.

Antes de tecermos alguns comentários sobre este projeto cabe situarmos como o mesmo foi proposto para essa região, pois se encontra no contexto da fronteira amazônica. Na década de 1960, quando o Tocantins ainda era norte goiano e fazia parte da região centro-oeste do país. E esta região do país foi integrada dentro da política desenvolvimentista do governo nacional que estava implementando o programa da "Marcha para o Oeste", e conforme Figueiredo (1989),

> a expansão das atividades agrárias na área correspondente ao atual estado do Tocantins, ocorrida a partir dos anos 60, está ligada à dinâmica capitalista de produzir e distribuir no espaço brasileiro, potenciada, contemporaneamente, pela política desenvolvimentista modernizadora implementada pelo Estado.

Em conjunto com este programa, outros projetos foram dirigidos a Goiás e de uma certa forma chegaram ao norte goiano. O primeiro foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), em 1967, cujo objetivo era promover o desenvolvimento econômico do centro-oeste. E depois vieram os Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico (PND).

Como já dito anteriormente, esses planos, os PND, eram políticas de incentivo à ocupação de terras e de estímulos ao desenvolvimento regional, através de incentivos fiscais, além da implementação de programas e projetos de desenvolvimento. Destacamos aqui a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), cujo objetivo foi intensificar a ocupação da Amazônia Legal, o programas como POLAMAZÔNIA, tinha como objetivo promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia e POLOCENTRO que era o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, que visava a ocupação racional e ordenada de áreas

2 Além dos referidos projetos, está em implantação um terceiro no Vale do Javaés, o Prodoeste – Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Tocantins. A proposta do Prodoeste é de beneficiar 14 municípios da região sudoeste, através da construção de barragens de acumulação de água da chuva e de elevações para controle de nível dos rios Formoso, Xavante, Dueré, Urubu, Pium e Riozinho O benefício deste projeto segundo se apresenta é também irrigar as áreas cultivadas no período de seca.

selecionadas de Cerrado para expandir a fronteira agrícola. E estão inseridos dentro da perspectiva de expansão da fronteira agrícola na região da Amazônia. Por fronteira Becker (1990) caracteriza:

> Fronteira não é sinônimo de terras devolutas cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros. A hipótese alternativa é que constitui um espaço ainda não estruturado, [...] a fronteira pode ser definida como um espaço de projeção de manobra das forças sociais. E também o espaço de projeção para o futuro da expectativa potencialmente geradora de alternativa para um desenvolvimento socialmente harmônico dentro da via capitalista.

Assim, é neste contexto que se delineia a proposição do Projeto Rio Formoso, no sistema de cooperativas dividido em três etapas: a primeira compreende a Cooperformoso, a segunda a Cooperjava e a terceira a Coopergran. As críticas a este projeto foram várias, a própria ideia de cooperativas não foi adotada, pois "o Estado criou as cooperativas e feriu uma das normas vigentes [...] Cooperativa é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade" (BARBOSA, 1996, pp. 43-44), mas o que se observou foi que "os proprietários desapropriados e os vizinhos do projeto Rio formoso foram excluídos das cooperativas, exceto aqueles que tinham poder econômico, parentesco ou forte influência no governo de Goiás" (BARBOSA, 1996, p.44).

Desta forma, o projeto Rio Formoso, assumiu "o caráter de concentração e acumulação adotado no desenvolvimento da agricultura brasileira" (BARBOSA, 1996, p47). Após trinta anos de sua proposição e instalação observamos que o projeto alcançou estágios áureos, sofreu momentos de baixa, teve a cultura de arroz como a menina-dos-olhos. Porém, agora outras culturas como a melancia tem conseguido espaço junto aos cooperados.

O Projeto Rio Formoso recebeu verbas da União para Revitalização de Infraestrutura e Uso Comum do Projeto, como está expresso na edição extra do Diário Oficial da União, do dia 30 de junho de 2006. Uma verba de 5 milhões de reais e ainda a sugestão de senadores do Tocantins João Ribeiro e Kátia Abreu, de que o mesmo possa ser incorporado ao Programa de Aceleração da Economia (PAC) do Governo Federal.

Dentro da área do projeto encontram-se áreas de ipucas, que estão em processo de desaparecimento e o avanço da fronteira agrícola nesta área, em função da fartura de água e do relevo plano, que é extremamente favorável à mecanização, ameaça a conservação desses fragmentos florestais.

O subprojeto Javaés instalado em Lagoa da Confusão e Dueré, tem com o objetivo plantar em uma área de mais de 1.000.000 hectares as culturas de arroz, milho, soja, feijão e girassol. Esta forma de avanço da fronteira está incorporada à lavoura tecnificada e a plantação de arroz se dá através do sistema de irrigação por inundação.

Estima-se que juntos, os dois projetos, ocupem 45 mil hectares com a cultura do arroz, no período chuvoso. Segundo Jornal do Tocantins de março de 2011, com relação ao arroz irrigado "a área plantada em 2009-10 foi de 61.330 mil ha, neste ano, o número chegou a 66.230 mil há, uma média de crescimento de 8%.[...] Um dos motivos que levou ao crescimento é devido a recuperação do preço do arroz que nesta safra é comercializado a

uma média de R$ 40,00 por saca, cada saca contém 50 quilos.[...] O município de Lagoa da Confusão é o maior produtor de arroz irrigado, com área plantada este ano de 33.490 mil há, e com um produção de 170.770 mil t., Formoso do Araguaia vem em segundo lugar, despontando com 21.400 mil há e produção de 109. 140 t."

Esses dois projetos estão inseridos na perspectiva atual do agronegócio e na contramão do plantio do camponês. A área onde se situam esses projetos encontra-se em áreas de cerrado.

O modelo implantado na região do Vale do Javaés, é típico da transformação que o espaço agrário brasileiro vem sofrendo por essa modernização agrícola, baseada na vinculação do setor agrícola ao urbano industrial. E o Estado é o principal agente ator,

> a modernização territorial do Cerrado, nas décadas de 1970 e 1980, teve como principal ator o estado, através do planejamento regional e da financeirização da terra. Esta modernização alicerçou-se sobre os subsídios do crédito rural e o financiamento da infraestrutura de apoio técnico, além dos incentivos fiscais, definidos nos programas especiais dos PNDs. (INOCÊNCIO, M. E. 2010, p. 80)

Ainda, o cerrado brasileiro ganhou o título de grande celeiro agrícola do Brasil. E esse título advém do processo acelerado, sobretudo nas últimas décadas do século XX, pela da modernização agrícola, já evidenciado anteriormente, baseado em um modelo exportador e que acarreta também problemas ambientais.

> No caso do Brasil, o modelo agroexportador, implantado desde o período colonial, vem mostrando que os atuais recordes de safras definem uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que viabiliza o crescimento do setor, acarreta uma maior concentração de renda e terra. Este modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo país, e especialmente no cerrado, além de socialmente injusto, vem acarretando problemas ambientais gravíssimos, que podem, em médio e longo prazo, inviabilizar a região de maior potencial agrícola (THEODORO, O. H. LEONARDOS, O.H. DUARTE, L.M.G., 2002, p.147).

Porém, quando questionados sobre esse ponto, os problemas socioambientais que o agronegócio pode provocar o que se observou pelas entrevistas com os produtores locais é que isso não existe. Realizamos entrevistas com os produtores nos municípios de Formoso do Araguaia, Cristalândia, Pium e Lagoa da Confusão.

Entrevistamos um total de 11 produtores destes, 8 vieram de outros estados (Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul) para plantar na região sobretudo o arroz irrigado principalmente em Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia entre os meses de outubro a fevereiro. No período da seca e nas terras mais altas planta-se o milho, feijão, a soja. E a soja também segundo o Jornal do Tocantins (março de 20011) "é um dos grandes destaques do Estado do Tocantins (20 de março de 2011) e em 2011 a estimativa de área plantada é de 382.720 mil hectares (ha)".

Um fator que nos chamou atenção é que principalmente no município de Lagoa da Confusão as terras plantadas são arrendadas. Com relação à variedade do arroz que se planta os produtores apontaram o IRGA 417, 424, o EPAGRI 109, 114, 116.

Com relação à venda esta ocorre através de corretores, como mostra a fala do fazendeiro entrevistado. "aqui venda do arroz ocorre mesmo através dos corretores que representa as indústrias, então um corretor às vezes atende 10 indústrias. O corretor, eu negocio diretamente com os corretores". (R. M)

E ainda para os produtores a produção em larga escala só beneficia a sociedade e traz benefícios para a região. Trago aqui a fala de dois fazendeiros:

> Sem duvida, é muito importante você gera muito empregos, está gerando riquezas, e está contribuindo por que o arroz é da cesta básica, é um alimento de primeira necessidade então tudo isso com certeza dá a sua inúmera contribuição. E se você for pegar a área toda que nós estamos ela só vai representar dois a três por cento só. (R. M.)

> Hoje eu vejo caminhões e mais caminhões de soja, de arroz, de milho, de feijão saindo todos os dias de Lagoa as da Confusão. Tem dia que sai 100, 150 caminhões carregado daqui. [...] o benefício social que a terra sem produzir não da retorno social pra ninguém, nem pra quem planta, nem compra e nem pra quem trabalha. A cidade não estaria do jeito que está... (J. P. S.)

No entanto, o que se observa nas áreas tomadas pelo agronegócio são efeitos devastadores da modernização no ambiente e ainda um aprofundamento das desigualdades sócias, sobretudo no campo. Para o trabalhador sobra o desemprego ou o emprego com salários baixíssimos. Temos então um paradoxo de um lado o agronegócio que gera toneladas e toneladas de grãos na área pesquisada, o arroz, sobretudo, mas também a soja, o feijão, a melancia e do outro lado o pouco acesso do trabalhador a alimentos em qualidade necessária.

Não podemos esquecer os impactos ambientais gerados por modelo de desenvolvimento cujas consequências comprometem os ecossistemas e os próprios trabalhadores. É característica marcante desse modelo de produção, o uso de agrotóxicos nas monoculturas que movimentam o mercado das transnacionais produtoras desses insumos agrícolas.

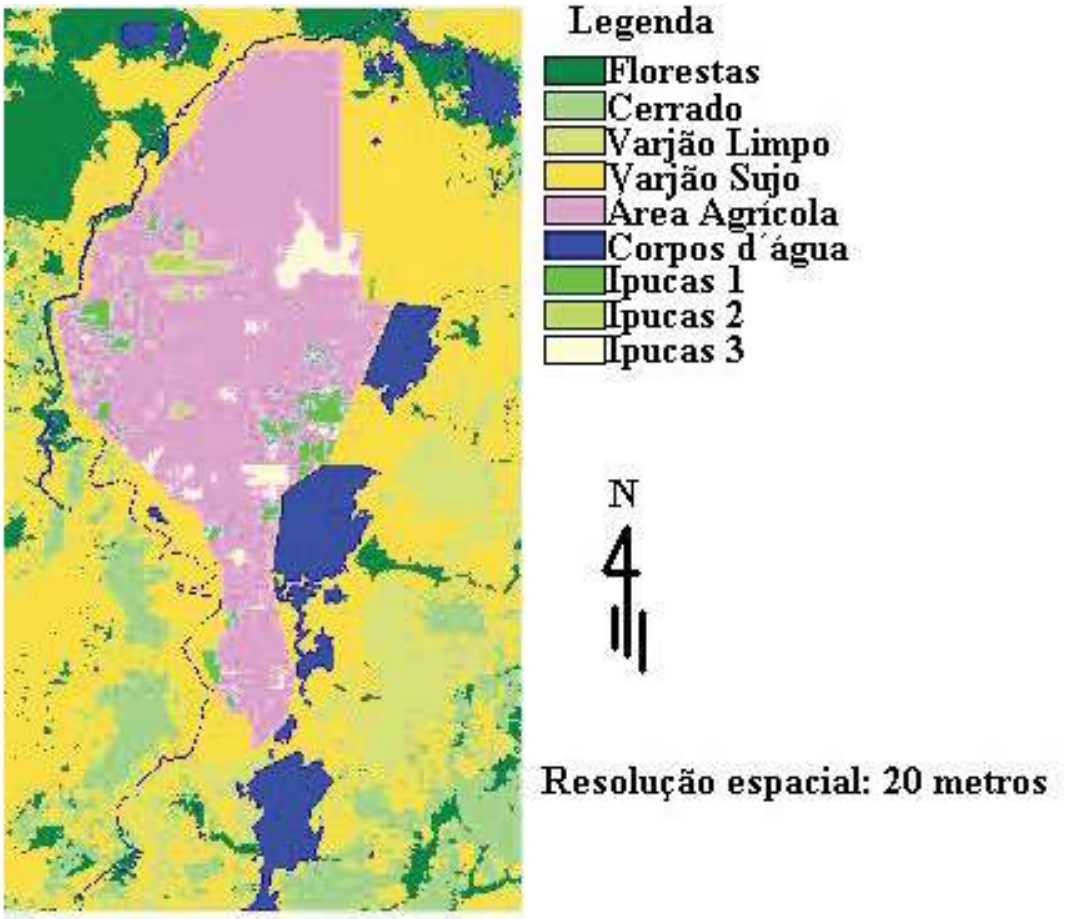
O processo de modernização da agricultura avança sobre as áreas mais planas e melhor irrigadas do cerrado, o que acaba destruindo as nascentes e matas ciliares próximas aos rios e torna homogênea as paisagens do cerrado com monoculturas. O discurso do produtor é outro:

> Hoje o produtor obedece todo o regulamento da parte ambiental, tudo que nós fazemos nós temos o engenheiro agrônomo que nos orienta, os receituário, então nós estamos consciente, nós temos bastante responsabilidade. E a gente que preservar, o produtor ele é o maior preservador, preservador do seu trabalho onde ele está. Então nós não caçamos, nem matamos, nós que exclusivamente trabalhar com responsabilidade. (J.B.)

Nos municípios pesquisados temos áreas denominadas ipucas, especialmente nos municípios de Lagos da Confusão e Formoso do Araguaia, que estão sendo ameaçados pelo agronegócio. As ipucas correspondem conforme Martins (*et all*, 2002) a fragmentos florestais desenvolvidos em áreas de topografia plana, situados no topo de alagamento na Planície do Araguaia em forma de manchas ou ilhas, e que se localizam sobre o território

hidromórfico (Glei pouco Húmico) e também são constituídas por fragmentos florestais descontínuos, como ilhas de florestas de ocorrência natural, em meio ao varjões sujo e limpo (campo sujo e campo limpo) (MARTINS *et all*, 2006). Essas ipucas apresentam uma variedade de fauna e flora endêmicas.

Figura 1: Mapa de uso atual da terra, Projeto Rio formoso, Formoso do Araguaia, estado do Tocantins



Fonte: Silva; Martins (2009)

Com base no exposto aferimos que o Cerrado, com toda a sua fauna e flora tornou-se o local em que a apropriação da natureza pelo capital ocorreu e esta ocorrendo de forma perversa e compromete o ambiente e os trabalhadores que ai estão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração do cerrado, suas veredas, nascentes, rios, faunas pelas práticas intensivas da monocultura estabelece no cerrado a homogeneização das paisagens como também impactos negativos e excludentes. E a expansão do monocultivo continuará gerando impactos ambientais, desigualdades, concentração de renda, exclusão.

A produção agrícola cada vez mais tem no Brasil sua dinâmica pensada e organizada para atender a economia de mercado e o território passa então a ser organizado por essa lógica. Nos municípios pesquisados verificamos a oligopolização do espaço agrícola com o arrendamento de imensos hectares de terras por grupos nacionais e internacionais ai o capital se territorializando por relações de poder, que acabam perpassando o social, o político, o econômico e o ambiental.

As políticas públicas nesses municípios acabam por atender a dinâmica da produção territorial capitalista, "as políticas públicas são direcionadas a partir deste novo modelo para certos espaços, e os dotam de um novo conjunto de objetos e de ações que os diferencia de outros espaços, promovendo, efetivamente, a constituição de verdadeiras regiões produtivas" (SANTOS 1985).

Outro aspecto a se destacado e que nos chama atenção é que o agronegócio especializou o campo com relação ao emprego mão de obra, pois exige dela e exigindo dela certa qualificação para operar todo esse sistema, algo comprovado na fala dos produtores pesquisados quando evidenciam a busca de mão de obra em outros estados para operar máquinas e equipamento, conforme afirma Oliveira (2003) a industrialização que ocorreu no campo forma uma unidade contraditória entre a indústria e o campo sendo isso possível porque o capitalista se tornou latifundiário.

Desta forma o complexo agroindustrial tem como símbolo de desenvolvimento o modelo fundiário e agrícola, um modelo que gera problemas sociais e econômicos, além de ser altamente dependente de recursos públicos. Algumas das principais consequências desta política são a degradação do meio ambiente, a concentração de renda e o desemprego no campo. E por fim, não podemos nos esquecer das relações entre a infraestrutura de transporte, energia, tecnologia que pensadas e construídas para expansão e intensificação da produtividade no cerrado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. M. MACHADO; R. B.; MARINHO FILHO, J. A diversidade biológica do cerrado. In: AGUIAR, L. M de S.; CAMARGO, A. J. A. de. Cerrado: ecologia e caracterização. Planaltina (DF) Embrapa Cerrados, Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2004.

ALMEIDA, M. G. de. **E**m busca do poético dos sertões: um estudo de representações. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. J. P.(Orgs.) **Geografia**: Leituras culturais. Goiânia: Alternativa: 2003.

BARBOSA, Y. M. **Conflitos sociais na fronteira Amazônica**. O projeto Rio Formoso. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BECKER, B. el all. **Fron**teira Amazônica: Questões sobre a gestão do território. Brasília, UNB-RJ, 1990.

FIGUEIREDO, A. H. Alguns questionamentos acerca da organização do espaço na nova unidade da federação: O Estado do Tocantins. Revista Brasileira de Geografia: IBGE, v. 51, n. 2, pp. 173-177, abril - jun.1989.

INOCENCIO, M. E. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado**. Tese de doutorado. 2010. 279 f. Curso de Geografia. Instituto de Estudos Sócio Ambientais. Universidade Federal de Goiás. Goiânia- Go.

LIRA, E. **A gênese de Palmas – Tocantins**. A geopolítica de (Re) Ocupação Territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

MARTINS, A. K. E. *Et all* **Relações solo-geoambiente em áreas de ocorrências de Ipucas na planície do Médio Araguaia – Estado de Tocantins**. Rev. Árvore vol.30 nº 2, Viçosa Mar./ Apr. 2006.

MARTINS, I. C. M. *et all*. **Diagnóstico ambiental no contexto da paisagem de fragmentos florestais naturais "ipucas"** – no Município de Lagoa da Confusão - Tocantins. Revista Árvore, v. 26, n. 3, p. 299-309, 2002.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura do capital e do trabalho no cerrado goiano**. 2004. 458 f. Tese de doutorado. Faculdade de Ciências e tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino. **A Amazônia e a nova geografia da produção da soja**. Ver. Terra Livre. Goiânia Ano 22, v. 1, n. 26 p. 1-246 Jan-Jun/2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: transformações recentes. IN: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil.** 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

PELÁ, M.C.H.; CHAVEIRO, E. F. Sujeitos não desejados no espaço planejado: disputas de territorialidades na construção de Goiânia**, GO**. In: **Territorialidades na América Latina**. ALMEIDA, M. G. de (Org.) Goiânia: Universidade Federal de Goiás - FUNAPE, 2009

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. **A transnacionalização do grupo André Maggi a partir do cerrado Mato-Grossense**. Revista geo-paisagem (on line) Ano 4, n. 7, 2005 Janeiro/Junho de 2005.

THEODORO, O. H. LEONARDOS, O.H. DUARTE, L.M.G., Cerrado: O celeiro saqueado. In: **Dilemas do Cerrado**. Entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo. RJ: Garamond, 2002.